



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2013. (Do Sr. Nilson Leitão)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Antonio Palocci da Casa Civil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho as informações abaixo elencadas, sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Antonio Palocci da Casa Civil.

- a) Quais providências administrativas e judiciais foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos. Indicar a conclusão e o nº dos processos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- b) Quais providencias e os respectivos resultados em relação à devolução de valores eventualmente desviados ou indevidamente apropriados;
- c) Que medidas foram efetivamente adotadas pelo Governo Federal para aperfeiçoar os mecanismos de controle e correção das falhas apontadas, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção; e
- d) Relação dos nomes, cargos e lotação dos envolvidos nas denúncias que ainda ocupam cargo ou função pública, seja na administração direta ou na indireta.

JUSTIFICAÇÃO

O início do governo da Presidente Dilma Rousseff foi marcado por inúmeros escândalos de corrupção e malversação dos recursos públicos envolvendo vários de seus ministros, o que ensejou a troca de pessoas na gestão do governo. No entanto, transcorridos mais de dois anos da ocasião dos fatos, não há como dissociar o clamor dos brasileiros nas ruas contra a corrupção da cobrança de uma resposta concreta dos fatos apurados.

Na ocasião dos fatos, a Folha de São Paulo de 15/05/2011 publicou matéria, na qual informou que “Semanas antes de assumir o cargo mais importante do governo Dilma Rousseff, o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) comprou um apartamento de luxo em São Paulo por R\$ 6,6 milhões. Um ano



CÂMARA DOS DEPUTADOS

antes, Palocci adquiriu um escritório na cidade por R\$ 882 mil. Os dois imóveis foram comprados por uma empresa da qual ele possui 99,9% do capital. o então Ministro da Casa Civil Antonio Palocci multiplicou por vinte seu patrimônio nos quatro anos em que esteve na Câmara dos Deputados, período imediatamente após ter sido Ministro da Fazenda do Governo Lula.”

Os salários percebidos por Antonio Palocci nesses quatro anos seriam insuficientes para pagar os dois imóveis que adquiriu antes de assumir o cargo de Ministro da Casa Civil.

Em 2006, quando se elegeu deputado federal, segundo a Folha de São Paulo “Palocci declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio estimado em R\$ 375 mil, em valores corrigidos pela inflação. Ele tinha uma casa, um terreno e três carros, entre outros bens. Com o apartamento e o escritório, Palocci multiplicou por 20 seu patrimônio nos quatro anos em que esteve na Câmara -- período imediatamente posterior à sua passagem pelo Ministério da Fazenda, no governo Lula.” Ou seja, houve um incrível crescimento do patrimônio do então Ministro da Casa Civil, fato que levou a serem levantadas suspeitas sobre a origem de tal patrimônio, fazendo com que o Senhor Antônio Palocci deixasse o cargo.

A simples perda do cargo público não é suficiente como meio de punir os agentes envolvidos. A farra e o desvio de recursos da sociedade visando favorecimento próprio ou alheio é crime previsto no ordenamento jurídico pátrio. É imprescindível a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes no âmbito administrativo e judicial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dessa forma, diante da relevância do caso e da competência institucional do Congresso Nacional, bem como a competência do parlamentar na fiscalização de todos os atos do Executivo, solicito o envio do referido requerimento de informação ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, para que possa responder as informações ora pleiteadas.

Sala das Sessões, em _____ de setembro de 2013.

**Deputado NILSON LEITÃO
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-MT**